

# Câmara vota reajustes salariais em meio à polêmica

Projetos de lei prevêem a reposição da inflação para servidores da Câmara, prefeito, vice, vereadores e secretários

■ Márcio Reinheimer  
marcio@jornalibia.com.br

A sessão da Câmara desta quinta-feira tem tudo para ser uma das mais tensas dos últimos meses. Em pauta, quatro projetos de lei, de autoria da mesa diretora, prevendo reajustes aos salários do prefeito, do vice, dos secretários municipais, dos próprios vereadores e dos servidores do Legislativo. O índice proposto é de 9,42% e representa o acumulado da inflação no último ano.

Em geral, projetos deste tipo não causam grande furor. Assim como na iniciativa privada, na atividade pública também existe uma data, todos os anos, em que devem ser concedidas reposições, como se fosse um dissídio. O que torna a discussão mais polêmica agora é a proximidade das eleições, quando alguns vereadores temem aprovar propostas com este teor porque podem perder votos. Outro ingrediente que engrossa a polêmica é a crise na economia, que reduz a arrecadação do Município. Quanto maiores os salários, menor o saldo para futuros

absurdo" a reposição proposta para o prefeito, vice, secretários e vereadores, que representaria uma despesa extra de R\$ 280 mil por ano. "Voto contra", anunciou, lembrando que hoje o valor pago aos servidores da Educação está abaixo do piso nacional do magistério. Kranz concorda apenas com o aumento para os servidores, tanto do Executivo quanto do Legislativo.

O presidente da Câmara considera a postura da colega estranha. Isso porque existem, dentro da Casa, movimentos propondo o aumento do número de vereadores, o que representaria gastos ainda maiores aos cofres públicos. Além disso, Kranz tem sido um dos principais defensores da construção da nova sede do Legislativo, na Timbaúva, com custo previsto na ordem de R\$ 12 milhões. "Além do mais, quando o vereador Renato foi presidente da Câmara, em 2014, ele apresentou os mesmos projetos que nós estamos propondo agora. Fez isso porque a lei determinava na época e continua determinando hoje".

alguns vereadores temem aprovar propostas com este teor porque podem perder votos. Outro ingrediente que engrossa a polêmica é a crise na economia, que reduz a arrecadação do Município. Quanto maiores os salários, menor o saldo para futuros investimentos.

O fato de a Administração não ter definido, até semana passada, de quanto será o reajuste de seus próprios servidores colocou combustível no debate. Este projeto, que também prevê repasse de 9,42%, só será encaminhado ao Legislativo hoje. Nas redes sociais, foi difundida a ideia de que os políticos estavam pensando unicamente em si, esquecendo o restante do funcionalismo.

O presidente da Câmara, Carlos Einar de Mello (PSB), disse ontem que a decisão caberá ao plenário. "Nós, da mesa diretora, só fizemos o que a Constituição determina: apresentar os projetos de lei com a reposição da inflação para prefeito, vice, secretários, vereadores e funcionários da Câmara", descreve. Naná acrescenta que o índice de reajuste do funcionalismo compete ao prefeito. "Esperamos poder votar também este projeto na quinta, contemplando a todas as categorias."

Na rede social Facebook, o vereador Renato Kranz (PMDB) definiu como "um



VEREADOR Renato é contra reajustes para "políticos"



PRESIDENTE Carlos Einar de Mello diz que cumpre a lei

## Professores organizam protesto para amanhã

A reposição proposta para os salários do prefeito, vice, vereadores e secretários é considerada imoral, principalmente, por um grupo de professores da rede municipal de ensino. O Sindicato dos Profissionais da Educação está convocando a categoria para um protesto na Câmara durante a votação. Para Thiago Iwaszko Marques Proença, da diretoria da entidade, os projetos fo-

ram elaborados sem a devida publicidade e discussão entre a comunidade e suas entidades representativas.

## Processo de revisão já foi desencadeado

A Administração Municipal reconhece que o Plano de Carreira dos professores precisa ser revisto, mas entende que a defasagem nos vencimentos das outras categorias do funcionalismo era muito maior e, por isso, foram contempladas antes, em 2015. Segundo a secretária da Educação, Silvana Schallenberger, o processo foi desencadeado, com o envio de ofícios

Às escolas pedindo a indicação de professores para a formação de uma comissão que vai analisar a lei em vigor e propor mudanças. No grupo, também serão incluídos representantes da Secretaria, da Procuradoria Geral do Município e do Sindicato.

A primeira reunião será realizada no começo de abril. Conforme a secretária, o grupo vai elaborar

uma proposta que será encaminhada às escolas para discussão. "Depois, esse material volta para o grupo, dando origem ao projeto de lei que será enviado à Câmara para votação", detalha. Pela legislação, por ser ano de eleições, as mudanças não poderão ser implantadas em 2016. "Queremos deixar tudo encaminhado para valerem em 2017", conclui Silvana.

## Servidores terão mesma reposição

O secretário municipal da Fazenda, Júlio Hoffmeister, garantiu ontem que todo o funcionalismo público municipal receberá os mesmos 9,42% de reposição da inflação. A Administração Municipal chegou a analisar a possibilidade de propor índices diferenciados para servidores e professores, pois o primeiro grupo já teve aumento real médio de 28% no final do ano passado, com a implantação do novo plano de carreira, mas recuou. Segundo Júlio, a medida seria inconstitucional.

Hoffmeister informa que o projeto de lei está sendo elaborado e chegará à Câmara de Vereadores em tempo de ser votado na sessão desta quinta. Se, por qualquer motivo, isso não ocorrer, ainda restarão a sexta e a segunda-feira para a realização de sessões extraordinárias. "Pela legis-

lação, a sessão de quinta-feira à Câmara de Vereadores em tempo de ser votado na sessão desta quinta. Se, por qualquer motivo, isso não ocorrer, ainda restarão a sexta e a segunda-feira para a realização de sessões extraordinárias. "Pela legislação eleitoral, a concessão das reposições deve ocorrer até 180 dias antes do pleito. Significa que o prazo final para sanção pelo prefeito é segunda-feira, dia 4", esclarece.



SECRETÁRIO Júlio Hoffmeister

Se os projetos forem aprovados, os salários passam a ser os seguintes:

**Prefeito** - R\$ 16.661,52

**Vice** - R\$ 7.613,57 (se exercer atividade permanente no governo) e R\$ 4.163,38 se não ocupar cargo

**Secretários** - R\$ 7.272,60

**Vereadores** - R\$ 6.846,36

